



Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA. EM 04 DE MAIO DE 1.981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 36.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 1.981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Nilton Friedrich.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 31/81, que visa doar um terreno à Prefeitura Municipal de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA HELENA PEDRON VANDRESEN.

Esposa do Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Amilton José Vandresen, mãe e mestra exemplar, há mais de uma década exerceu o magistério daquela comunidade, onde esteve freqüentemente à frente de campanhas comunitárias visando os menos favorecidos.

Seu passamento deixa uma lacuna impreenchível, não apenas a seu esposo e filhos - Giovani e Poliana -, mas para toda a comunidade beltronense que, em face de lamentável acidente automobilístico, ocorrido dia 30 último, perde uma figura humana e dedicada que será sempre lembrada com o carinho que mereceu.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. VALENTIN SALVADORI.

Homem voltado à produção e aos interesses do campo, na região de Nova Concórdia, Distrito do Município de Francisco Beltrão, Valentin Salvadori, era um dos pioneiros, onde prestou relevantes serviços à comunidade daquela localidade e região.

Deixa esposa, filhos e netos e nos corações de todos aqueles que partilharam de seu convívio, uma saudade e a lacuna de que o sudoeste do Paraná perdeu um dos seus mais expressivos líderes comunitários.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em lamentável acidente, do Sr. NILSON ALLE, ocorrido recentemente nesta Capital.

O extinto, pessoa da mais alta respeitabilidade, chefe de família exemplar, exercia suas atividades no comércio de nossa cidade, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação entre o vasto círculo de amizades que possuía graças ao seu caráter íntegro e suas qualidades de homem honesto e trabalhador, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todos aqueles que tiveram o privilégio de desfrutar de sua convivência.

Deixa viúva a Senhora Iolanda Pinto Alle e filhos: Maria Isaura Alle Gonçalves, Stela Maria Alle Sarot e Nilson Tadeu Alle.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, para o seguinte endereço: Rua Francisco Alves Guimarães n.º 312, Bairro Cristo Rei - Curitiba.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, a constituição de uma Comissão Especial composta de 3 (três) membros, para representar o Poder Legislativo Estadual nos festejos comemorativos ao 34.^o aniversário de Maringá, devendo a Comissão, acompanhar a programação respectiva no período

de 4 (quatro) a 15 (quinze) do mês em curso.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta iniciativa, pela tradição mantida por esta Casa de leis, em fazer-se representar oficialmente nas solenidades e festejos comemorativos aos aniversários de Maringá.

Desnecessário se faz destacar a importância sócio-econômico do Município de Maringá no cenário paranaense e brasileiro, sendo, portanto, de interesse desta Casa, estar presente em mais este festivo evento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, para que este determine à SUREHMA a perfurar poço semi-artesiano no Distrito de Entre Rios, Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O progressista Distrito de Entre Rios, que já conta com entre-posto de Cooperativa, Colégio de Segundo Grau, Posto de Serviço do Banco do Brasil, telefone, além de outras benfeitorias, necessita agora atender sua população com sistema de abastecimento de água.

Terá parte de seu território atingido pela futura represa de ITAIPU e espera ser compensado com este benefício que representa justo prêmio.

Ao exposto esperamos contar com o devido apoio dos nobres colegas Deputados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Dr. Nivaldo Almeida Neto -, solicitando pavimentação asfáltica do trecho Mal. Cândido Rondon para os Distritos de Iguaporã - Porto Mendes.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Sendo Mal. Cândido Rondon, município de destaque na Região Oeste do Estado por sua produção agrícola e em classificação invejável na arrecadação do ICM, espera ver concretizada a presente solicitação.

Os referidos distritos terão parte de seu território atingido pela futura represa de ITAIPU, oportuno, portanto, receberem certa compensação por isto.

Além disto, contam com diversas obras de infra-estrutura como: escolas, água, luz e telefone, sendo que mais este benefício em muito os ajudará em seu desenvolvimento e progresso.

A distância da sede municipal até Iguaporã e Porto Mendes é de 20 a 30 km respectivamente.

Ao exposto esperamos contar com o apoio dos Deputados presentes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ministro CARLOS RUBENS

LUDWIG, mui digno Ministro da Educação e Cultura, solicitando a criação da Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Garantia ao Atleta Paranaense Profissional é uma entidade de apoio e esclarecimento à classe profissional e amadora, dando-lhes orientação educacional, social e jurídica.

A criação no Paraná, da entidade, ora solicitada, já está funcionando em favor do atleta profissional e amador, nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul, em fase de criação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nivaldo de Almeida Neto - Secretário de Estado dos Transportes -, solicitando pavimentação asfáltica no trecho compreendido entre Mal. Cândido Rondon para os Distritos de Margarida - São Roque.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de Margarida e São Roque possuem um número razoável de habitantes além de escola, água, luz e telefone e a reivindicação que ora apresentamos se reveste de real importância, porque a pavimentação do trecho facilitará em muito o tráfego pelo mesmo.

A distância compreendida da sede municipal aos referidos distritos é de 16 a 25 km.

A presente reivindicação com certeza merecerá a aprovação desta Assembléia.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhadas as cópias anexas, sob n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 15, apresentadas ao Projeto de Lei n.º 177/77, aos Excelentíssimos Senhores Octávio Cesário Pereira Júnior, digníssimo Secretário da Justiça, Segismundo Morgenstern, digníssimo Procurador Geral do Estado, a fim de servirem de subsídio às alterações da Lei n.º 7.074/79 (Lei dos Procuradores já anunciada pela imprensa local).

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Durante a tramitação do Projeto de Lei n.º 177/77, o qual se transformaria, mais tarde, na Lei n.º 7.074/79 (Lei dos Procuradores), apresentamos 17 (dezesete) emendas, todas elas consideradas, pela própria classe, como aproveitáveis para o aperfeiçoamento daquele plano de lei.

Todavia, como não era do interesse do Governo que se procedesse qualquer alteração no anteprojeto elaborado por seus assessores, as mesmas foram refutadas sob alegação de que teriam sido apresentadas extemporaneamente.

Naquela oportunidade, por diversas vezes, alertamos que, se o Projeto fosse aprovado tal como se apresentava, daria margem para uma série interminável de Mandados de Segurança contra o Estado.

Infelizmente, outra coisa não está acontecendo.

Por mais que se esforcem os atuais titulares das Pastas a quem dirigimos este requerimento, ou se procurem soluções administrativas, através do atual Procurador Geral da Justiça, os problemas se sucedem em razão da péssima elaboração do texto daquela malfadada lei.

Há poucos dias, lemos nos jornais locais, que os Procuradores e Advogados classificados em razão da Lei n.º 7.074/79, estariam sendo prejudicados em suas promoções, pelo fato de não se dispensar o interstício de 2 (dois) anos, na respectiva classe, para que as mesmas possam ser processadas de imediato.

Fala-se, inclusive, da remessa de mensagem a esta Casa, para sanar o problema.

Ocorre, que, entre as 17 (dezesete) emendas que apresentamos naquela oportunidade, uma delas tratava especificamente da dispensa do interstício previsto em seu artigo 27, através do acréscimo de parágrafo segundo com a seguinte redação:

“§ 2.º — Se dentro da mesma classe não houver algum integrante com interstício cumprido, todos poderão concorrer para promoção, independentemente do prazo previsto no parágrafo anterior”.

Como podemos notar, houvesse maior consideração com este Poder e para com o trabalho desenvolvido nesta Casa por este Parlamentar e o problema hoje não existiria.

Entretanto, como o Governo parece haver acordado, embora com certo atraso, aproveitamos a oportunidade em que se fala na reformulação da Lei n.º 7.074/79, para lembrar aos destinatários deste requerimento, que outras falhas existem na referida lei, devendo as mesmas serem sanadas agora, se realmente vai ser proposta alteração ao seu texto.

Assim sendo, selecionamos entre as emendas que apresentamos, as de n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 15, para serem remetidas, como subsídio, às autoridades competentes para atender às justas reivindicações dos Procuradores e Advogados do Estado, a fim de que não se repita, no futuro, QUE SE PROPONHA COMO SOLUÇÃO AQUILO QUE JÁ APRESENTAMOS NESTA CASA E QUE FORA REJEITADO SOB A DESCULPA INACEITÁVEL DE “PRAZOS VENCIDOS”.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 36/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o HOSPITAL DE MISERICÓRDIA SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Ibaiti.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade proporcionar assistência médico-hospitalar e farmacêutica a toda e qualquer pessoa, independentemente de posição social ou econômica, de cor, credo religioso e nacionalidade, prestando assim relevantes serviços à comunidade de Ibaiti.

O Estatuto anexo, demonstra claramente que a entidade em questão, reúne todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para reconhecimento de utilidade pública.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Amadeu Geara.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento solicitando a compreensão do Plenário, para que ofícios sejam encaminhados aos Srs. Secretários de Justiça, dos Recursos Humanos e Procurador Geral do Estado. Neste requerimento e, acompanhando este requerimento, há uma xerox de emendas que nós fizemos, apresentamos junto à Comissão de Constituição e Justiça, ainda em 1977. E naquela oportunidade, nós abordávamos que a Lei, atual Lei 7074/79, a Lei que tratou do problema dos procuradores a chamada - Lei dos Procuradores, haveria sérios inconvenientes para o Governo e para o Estado do Paraná, se não fossem as emendas acolhidas, e geraria o desencadeamento de inúmeros Mandados de Segurança. Porque ela não trouxe a elucidação e a aplicabilidade exigida, pela cultura jurídica paranaense.

E nós formulávamos 17 emendas a este Projeto de Lei, a maioria das quais, foram liminarmente rejeitadas e, sob o argumento da intempestividade. Ora, Sr. Presidente, se nós éramos membros da Comissão de Constituição e Justiça, se nosso exercício permanente naquela Comissão, visava e visa, o aperfeiçoamento das Leis que estão em discussão e depois de rejeitadas na oportunidade interna da Comissão, elas vieram para Plenário e aqui neste Plenário, sob o crivo da orientação oficial, todas rejeitadas sem maiores exames. E hoje o que nós estamos assistindo, Sr. Presidente, é uma reclamação indiscriminada de procuradores que buscam o aperfeiçoamento da Lei, chamada — Lei dos procuradores. E o que é pior, as previsões que fazíamos de então, trazem a certeza de que mais uma vez estávamos certos, Sr. Presidente e o Estado do Paraná, tem arcado, com prejuízo de julgados que são contra os interesses do erário público paranaense.

Agora, nesta fase cria indisposições nos quadros funcionais da Procuradoria. Tanto isto é verdade que ultimamente, os Srs. Procuradores, têm feito movimentos dentro da sua organização, para que as autoridades superiores aperfeiçoem aquela Lei que está em vigência desde 1973.

E, vários mandados de segurança, têm sido objeto de provimento e esses julgados têm trazido ao erário público, ao erário paranaense, dispêndio de natureza financeira. E há cominação, inclusive, Sr. Presidente, de despesas extraordinárias de honorários profissionais.

E este requerimento, visa a subsidiar o Governo, ao Secretário dos Recursos Humanos, ao Sr. Procurador Geral do Estado e ao próprio Governo do Estado, à Secretaria da Justiça, no sentido de aperfeiçoar a lei. Porque não são através de irredutibilidade, da incompreensão, do tacão oficial, que se aperfeiçoam as instituições que se visam e buscam a aplicabilidade de métodos que a sociedade está a exigir através dos cânones, que esta Assembléia poderia aperfeiçoar.

Concluindo, Sr. Presidente, é neste sentido que faço um apelo à Assembléia e também às autoridades aqui nominadas, para que aperfeiçoem este Estatuto dos Procuradores, para evitar problemas de natureza financeira e de natureza funcional, com este quadro de servidores de especialidade específica do direito.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “O Brasil é o País do futebol. Mesmo considerado como

um esporte alienante por alguns, a prática futebolística se expande por todo o Brasil e leva à participação das massas. O esporte assim assume importância primordial.

Com o crescimento do futebol, ocorre o crescimento do atleta. Acontece que nem todo o atleta é reconhecido em seu valor de imediato. Assim, permanece por um longo período até ser descoberto por algum empresário ou técnico de um clube que possa pagar pelo seu futebol, pelo seu talento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz a esta tribuna, na tarde de hoje, é a justificativa de um requerimento que apresentamos a esta Casa, Um requerimento que solicita o envio de expediente ao Ministro da Educação e Cultura, Carlos Rubem Ludwig, pedindo a criação da Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Paraná.

Esta entidade seria de apoio e esclarecimento à classe profissional e amadora, dando-lhe orientação educacional, social e jurídica.

Esta associação já existe em vários Estados e vem funcionando com bastante eficiência, atendendo não só o jogador profissional, como também ao amador.

No Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Brasília, esta entidade presta relevantes serviços aos atletas, possibilitando assistência quase integral e zelando pelo desenvolvimento de suas carreira. Por outro lado, a mesma associação está sendo criada no Rio Grande do Sul.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos solicitar aqui o apoio dos nobres colegas para o requerimento em questão.

Temos absoluta certeza de que o Ministério da Educação e Cultura, ao encampar nossa solicitação, o atleta profissional e amador do Paraná estarão mais valorizados, terão o apoio de uma entidade própria que ficará responsável por uma orientação segura e para o desenvolvimento da carreira e, consequentemente, o desenvolvimento do esporte em nossa terra.

Sr. Presidente, ao concluir devo dizer ainda que, normalmente, o atleta além de esbulhado é mal orientado e esta entidade, uma vez criada, possibilitaria e daria apoio aos atletas porque eles têm um período curto como atleta durante suas vidas.

Possibilitaria inclusive orientação educacional, em que recebem bolsas de estudos e orientação para que formem, paralelamente à carreira de desportistas, também uma carreira para o futuro, desenvolvendo dentro da sociedade um papel cada vez mais atuante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Teremos amanhã as eleições dos professores da Universidade Federal do Paraná e temos a satisfação de ler uma carta do Professor, Dr. José Lamartine Correia de Oliveira, Titular de Direito Civil e Direito Processual. (Lê):

“O Divisor de Águas:

Parece-me que a opção a ser feita pelos professores da UFPR, nas eleições do dia 5 de maio é entre duas maneiras de conceber a Universidade, a sociedade e o próprio ser humano. Por isso mesmo, as críticas que aqui vão ser feitas não são pessoais, mas críticas a princípios que os colegas da chapa DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO representam. Respeitamos os colegas da chapa adversária como homens e professores. Desejamos porém tornar claro o tamanho da separação que existe entre nossos princípios e os deles.

A chapa dita DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO representa, apesar de seu nome, a concepção autoritária de Universidade. Autoritária por sua origem, nasceu de cima para baixo, na medida em que os homens da atual cúpula da direção da Universidade e da direção da Associação buscaram um nome que lhes servisse de bandeira. Encontraram-no no nome, pessoalmente respeitável de Ivo Arzua Pereira.

Tendo este nome, monocraticamente, como proposta a ofertar ao eleitorado, só então passaram a escolher os integrantes da chapa, alguns dos quais o Prof. Ivo Arzua nem conhecia pessoalmente, como ficou demonstrado há poucos dias, em uma das pregações eleitorais do candidato oficial. A chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES, ao contrário, surgiu de baixo para cima. Foi democraticamente escolhida pelo voto secreto de uma convenção à qual foram convidados, com ampla publicidade, todos os colegas. Embora o candidato a presidente, Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, seja portador de todos os melhores títulos para a investidura, mestre e doutor em sua especialidade (com doutorado obtido da França), e com experiência de participação no mais alto Colegiado da Universidade, a chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES, em seu todo, constitui uma equipe, em que menos importante é o brilho de estrelas isoladas do que o caráter harmônico de um conjunto que aperfeiçoou o sentido do trabalho de equipe, por ocasião da greve dos professores. Na verdade, porém, essa diversa gênese reflete a diversidade de modos de ver a Universidade. O Movimento dos Professores está comprometido com uma visão comunitária da Universidade. Deseja ver a Universidade reconduzida a sua dignificante origem de comunidade de professores e alunos, e deseja a concretização disso, no princípio de auto-governo da Universidade. A chapa oficial, ao contrário, por sua visão autoritária da Universidade, tende a uma Universidade nos moldes de comando centralizado, com as já conhecidas consequências de criação de uma oligarquia que, circundando o reitor, passa a controlar a Universidade. A idéia de Fundação, presente nos projetos governamentais, é bem adequada a essa visão autoritária, que repudiamos. A Fundação é um tipo de pessoa jurídica em que as regras que determinam o preenchimento dos cargos são em princípio livre e unilateralmente estabelecidas pelo Fundador.

A diferença de concepções da Universidade reflete a diferença de concepções da sociedade. A chapa MOVIMENTO DOS PROFESSORES é democrática por ser pluralista, admitindo a participação de professores pertencentes às mais diversas correntes do pensamento filosófico e político.

Partimos do pressuposto da indispensável liberdade de pensar e expressar o pensamento sem, o qual não pode haver verdadeira Universidade.

Um episódio de que fui participante revela o contraste.

Há poucos anos atrás, fui relator da comissão designada para reavaliação dos efeitos da reforma universitária no meu Setor.

Propus, no final do relatório, que a comissão salientasse a incompatibilidade entre o ideal democrático de Universidade e a existência de uma Assessoria de Segurança e Informações que fichava e catalogava ideologicamente os professores.

Este ponto foi o único que não logrou aprovação unânime.

Embora o presidente da comissão, Prof. José Ribamar Ferreira, tenha votado com minha proposta, votou vencido o terceiro membro da comissão, que se opunha ao repúdio às ASI, e que hoje integra a chapa oficial: Prof. Geraldo Macedo. Por trás disso tudo há uma visão tutelar: os integrantes da chapa oficial crêm que a Universidade, assim como a sociedade, precisa ser tutelada, fiscalizada, policiada por uma camada dirigente e que se auto-proclamou titular desse poder de tutela.

Mais que tudo, é uma diversa concepção de ser humano que está em jogo. Embora a chapa oficial proclame-o “princípio e fim de toda instituição social”, essa afirmativa é meramente retórica.

Lembra-me muito uma distinção lapidarmente feita por Jacques Maritain em seu livro OS DIREITOS DO HOMEM, entre uma sociedade clerical ou nominalmente cristã e uma sociedade vitalmente cristã. A primeira pode ter todas as exterioridades do culto, mas em suas estruturas não penetrou a seiva evangélica. Creio que Maritain pensava na Espanha de Franco, quando traçava esse retrato. Uma sociedade vitalmente cristã, ao contrário, é aquela em que o Evangelho é forte inspiradora de todo um poderoso espírito libertário e igualitário a refletir-se nas estruturas sociais.

Pois bem:

A solene proclamação do primado do homem feita pela chapa oficial lembra a crítica de Maritain, pois está comprometida com o que de mais anti-humano já se fez no Brasil.

Seu candidato a presidente foi um dos signatários do ATO INSTITUCIONAL N.º 5, jamais se tendo penitenciado publicamente dessa terrível culpa.

O AI-5 representou a afirmativa de que o homem não tem direitos, a não ser quando o Estado os conceda, pois consagrou o princípio segundo o qual os direitos adquiridos legitimamente podiam ser reduzidos a nada pela vontade tirânica do Estado.

O AI-6 oficializou entre nós a noite tenebrosa em que os direitos humanos eram diariamente pisados sem possibilidade de recurso ao Judiciário.

Foi o Anti-Direito, foi o Anti-Homem, foi Ditadura, como recentemente reconheceu o eminente Ministro Clóvis Ramallete, foi a Anti-Democracia.

Muitos iludiram-se inicialmente com sua retórica. Mas a grande maioria dos brasileiros percebeu logo que o seu saldo era a ausência de segurança, de certeza, de liberdade.

Quando vemos os propagandistas da chapa oficial falarem misteriosamente “no perigo comunista” (que só existe em sua fértil imaginação) que representaria o Movimento dos Professores, somos obrigados a concluir que ainda é o espectro do AI-5 que revivido, inspira a chapa oficial.

Por tudo isso, gostaria de dirigir um apelo aos colegas autenticamente democratas: votar com o MOVIMENTO DOS PROFESSORES é dizer um sim à liberdade, à clara abertura de idéias, é dizer um não à oligarquia, à incompetente tutela e à inépcia administrativa.

XXX

Nossa concepção da pessoa humana, como ser dotado de dignidade e direitos anteriores e superiores ao Estado é a concepção cristã e também a concepção ética da filosofia kantiana.”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Havendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os inimigos da democracia, estimulados pelas investigações ineficientes sobre o terror devem sorrir cinicamente a cada novo atentado, pois, impunes querem, na verdade, punir com a sentença de morte a nossa liberdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabe, agora, a sociedade brasileira de onde partem os atentados contra todos nós que aspiramos a vigência de um regime de plenas liberdades políticas.

A imprensa, meritoriamente, cumpriu seu papel de por a nú todas as evidências sobre a responsabilidade no caso das bombas que explodiram no Rio de Janeiro e vitimaram dois militares a serviço do CODIDOI.

Por essa razão, vale a pena ler, aqui, Sr. Presidente, o artigo do jornal “A Folha de São Paulo”, na edição de ontem, que parece sintetizar com clareza a presente situação:

“Há um esforço notável para desesclarecer o caso das bombas, no Rio Centro.

Não pode ser entendida de outra maneira a série de equívocos cometidos por autoridades do nível do General Waldir Muniz, Secretário da Segurança do Rio de Janeiro, que já está no encalço dos materialistas que praticaram o atentado.”

Diz o articulista ainda mais:

“Regimes ditatoriais permitem a montagem de farsas destinadas a iludir a opinião pública.

Hitler fez isso no incêndio do Reichstag, Stalin, nos processos de Moscou.

Mas, nas democracias, a manobra é praticamente impossível por causa da liberdade dos meios de comunicação.

Não adianta, por exemplo, o General Muniz declarar absolutamente falsa a notícia de que havia mais bombas dentro do carro.

Milhões de pessoas as viram pela televisão. De modo que o desaparecimento dos petardos só agrava a coisa.

Enquanto o Secretário afirmava, de um lado que o veículo pertencia ao Capitão ferido, o General Comandante do Primeiro Exército afirmava que o oficial estava em serviço e usava uma chapa-fria, fato confirmado pelo pai da vítima.

A versão de que a bomba foi colocada no automóvel enquanto seus ocupantes estavam fora, é pueril e contrária à prova testemunhal.

Os dois militares não deixaram o carro, como atesta o motorista que estacionou ao lado. Com imprensa livre, certas manobras são impraticáveis.

Depois de uma longa série de atentados impunes, porque as investigações contra as violências contra a esquerda nunca apuraram coisa alguma, o destino vingou-se da inoperância da máquina da segurança. Explodiu uma bomba dentro dela, em local público, para tornar impossível o abafamento do caso.

Talvez os esforços em curso para desesclarecer o atentado, consiga relativo êxito junto às camadas menos preparadas da sociedade.

Será sempre relativo esse êxito se a versão não convencer o General João Baptista Figueiredo, Presidente da República, e alvo também político de todas as bombas. Os atentados são dirigidos contra a abertura para impedi-lo de continuar na mesma direção. Há um poder paralelo medindo forças com o poder de direita. Este quer uma coisa, aquela tenta impedir a custo de explosões. O poder paralelo, até agora, não dobrou o Presidente, mas tão pouco o Presidente logrou vencer a disputa.

A prova está nas explosões que ainda se registram. Se, como os indícios sugerem, as bombas estavam no carro dirigido pelo Capitão, o Governo terá nas mãos todas as peças do quebra-cabeça. Bastará encaixar uma nas outras e terá, diante de si, o retrato do poder paralelo.

Ainda há pouco, na Espanha, o Rei Juan Carlos realizou operação semelhante e com resultados surpreendentes. Um bom número de “amigos” estavam do outro lado”.

E o que conclui o editorialista de “A Folha de São Paulo”, sob o título “Poder Paralelo”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em lendo um artigo da importância deste, poderíamos, aqui, deixar uma interrogação: teria sido um acidente de trabalho?

Não vamos especular, Sr. Presidente, diante de tantas evidências. Diz o jornal “O Estado de São Paulo” que: “são tantas essas evidências ou coincidências que qualquer resultado

que não leve em poucos dias a elucidação completa de personagens, agentes e mandantes, terá determinado não só a falência do Governo, mas do próprio Estado, como Nação politicamente organizada”.

Os acontecimentos no Rio Center na noite de quinta-feira deixam exposta a meada inteira, além do fio. Será identificá-la e extirpá-la ou reconhecer que nos encontramos na véspera da desagregação completa da sociedade, fenômeno muito mais grave do que o da explosão das bombas. Tanto faz se os estilhaços ficarem na Barra da Tijuca ou no Planalto Central.

Esta é a questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos que nenhum processo democrático poderá sobreviver a bombas, a atentados terroristas, a violência organizada quando impunes. Para intervir no processo político da maneira que o fazem e mais grave se torna o fato, quando as evidências indicam que a fonte desta ação covarde, assassina, localiza-se como tudo faz crer, dentro do próprio sistema de Governo e de Poder.

Não se trata agora e aqui de discutir esta ou aquela interpretação. Trata-se de fazer com que este Poder, com que o Legislativo assuma seu papel e defenda sua própria sobrevivência como condição para avançar até a democracia, porque, Sr. Presidente, porque Srs. Deputados, as bombas do Rio Center não visavam apenas as milhares de pessoas que lá se reuniram para um “show” em homenagem ao trabalho, à liberdade e à democracia. Visavam atingir toda a sociedade, todas as instituições democráticas que, mesmo debilitadas, constituem a esperança de um dia termos neste País a vigência de amplas liberdades.

As bombas do Rio Center procuravam atingir a cada um de nós, a cada um dos brasileiros, parlamentares ou não, que temos delegação democrática e popular, porque procuravam atingir nossa liberdade e a de todos os brasileiros.

Não há como ficar conivente com qualquer omissão que procure encobrir os fatos ou dar a eles, interpretação estúpida. Trata-se agora, Srs., de por à prova a nossa dignidade, e exigir, como parlamentares, seja de que Partido desde que identificados com os princípios democráticos. Precisamos exigir o fim desses atentados. A investigação e responsabilização dos criminosos em mais de 100 atentados do gênero e que até aqui não foram apurados pelo sistema de segurança brasileiro. sistema de segurança, Sr. Presidente que, segundo divulgação de um artigo na imprensa recente, sistema de segurança que possui 300 mil funcionários, cerca de um funcionário de segurança para 400 brasileiros, um funcionário para cada 200 brasileiros adultos, o maior serviço de segurança hoje no mundo.

A convivência, Sr. Presidente, nos levará ao desastre, porque o pior de uma sociedade é quando ela começa, como a sociedade brasileira, a até se habituar com a violência, com o sangue, com o crime, parece, Sr. Presidente, que já faz parte do convívio diário, do conjunto da sociedade brasileira os atentados à bomba e é inadmissível que aqui e agora onde, diante de um fato concreto tão previsível até, as autoridades venham criar desculpas e ir para o processo de desesclarecimento tentando evitar que se desnude de uma vez por todas o arcabouço que permanece intato dentro dos aparelhos de segurança, propondo-se portanto, ameaças visíveis à democracia que estamos vivendo hoje no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, é possível que segundo a imprensa, o sistema de segurança com 300 mil funcionários, seja incapaz de com brevidade apontar todos os implicados, agentes, personagens, o mandante. É inadmissível que este mesmo aparelho de segurança e de repressão, que foi ágil, pródigo e tempestivo, quando combatia o que diziam ser “órgãos da esquerda”, que procuravam tumultuar o País e aí sim, o aparelho repressivo e de segurança sempre foi, primordialmente ágil, desbaratou de uma maneira até inimaginável desbaratou todos os chamados

aparelhos, todos os esquemas que diziam existir por parte da esquerda na época mais crucial do Governo Médici.

No entanto, agora, quando as próprias autoridades vêm a público dizer que, como por exemplo, o atentado ao Professor Dalmo Dallari, quando da visita de Sua Santidade o Papa ao Brasil foi um atentado da extrema direita, próprias autoridades fazem estas afirmações e na prática, o que vemos, tenta-se tampar tudo, colocar-se um pano negro sobre a negra realidade, querendo esconder perante o Brasil aquilo que a Nação brasileira, estupefata, está a ver intimidada pela insegurança que vive.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Permite-me um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o aparte o Deputado Gernote Kirinus, e logo em seguida, o Deputado Fidelcino.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, realmente Vossa Excelência traz a esta Casa, uma das mais sérias preocupações.

Todas as apreensões dos democratas brasileiros hoje, no Brasil, estão voltadas ao caso que Vossa Excelência aborda desta tribuna, o caso do terrorismo, das bombas.

E a grande pergunta até há poucos dias era poder precisar exatamente de onde vêm essas bombas, e quais os seus objetivos?

O último evento do dia 30, com a explosão das bombas na mão dos próprios autores talvez, de atentados, que como crianças de tanto brincar com bombinhas de São João acabam sofrendo conseqüências das mais graves.

Parece-me que a coisa está ficando cada vez mais clara, cada vez mais patente. Hoje, não é só nas entrelinhas dos jornais que lemos e vemos acusação que são feitas aos próprios detentores do regime, como se não autores, co-autores do terrorismo.

Mas também podemos ver que isto é verdade, quando vemos que o comando do Primeiro Exército, assim no afofagadilho, vem de público e em nota oficial descrever e dizer o que devemos ou não, acreditar. Quando declara em nota oficial do Exército, que não havia mais bombas quando testemunhas oculares, os próprios jornalistas, viram o pessoal encarregado da investigação, retiraram as duas bombas.

Vem também dizer que todo o brasileiro deve acreditar, como dogma, como credo infalível, que o atentado foi contra os militares vitimados e obra dos comunistas. Isso é o que querem nos fazer descer goela abaixo, isso é o que querem que acreditemos.

Mas, como vamos acreditar, nobre Deputado, em declarações tão contraditórias, com os fatos, com o que dizem os jornais não só nas entrelinhas, mas abertamente, o que nos dizem as testemunhas.

Como vamos acreditar nisso, quando a própria história nos conta o famoso plano COHEN há tempos atrás, antes de 64. Ou mesmo durante o período de 64, o caso Parassar, denunciado pela revista “VEJA” e hoje aceito inclusive como sendo verdade, ou mesmo a suspeitosa entrevista telefônica gravada e publicada pela “Veja” do próprio Erasmo Dias prometendo que faria segurar seus rapazes, que isto não aconteceria mais; como que sabendo, já de antemão, quem eram os que atentavam contra a ordem.

Como vamos acreditar nos homens que não conseguiram sequer resolver o terror da fome, que hoje se aloja nas entranhas de cada trabalhador brasileiro?

Como vamos acreditar nos que não conseguiram nem sequer combater o terror da doença que invade os lares das famílias brasileiras, que tem suas causas, suas origens, identificadas e que pode ser extirpado?

Como vamos acreditar nestes homens que não conseguiram acabar com o terror da analfabetismo do ensino público

brasileiro, cada vez mais elitizado?

Como vamos acreditar nos homens impotentes diante do terror semeado por jagunços que exigem afastar da terra aqueles pobres posseiros que nela produzem e não conseguem resolver e sobrepor-se ao terror imposto por Itaipu aos agricultores expropriados, não conseguem eliminar o terror da corrupção e querem entender de terror de esquerda, quando as bombas explodem em suas próprias mãos, quando portadores das bombas, cujo destino não sabemos, explodem em suas próprias mãos?

Não é mais possível enganar o povo de forma tão fácil. Não é mais possível acreditar na seriedade dos homens que dizem querer a abertura, mas procuram o terror para justificar o fechamento.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, e apenas para, já que vem engrandecer o que aqui estamos dizendo, acrescentar a opinião de um dos brasileiros de maior expressão hoje na vida jurídico-política do País, o ex-Presidente da OAB, Raimundo Faoro, declarava ontem no Rio, que realmente este desafio à abertura política parece que parte de dentro do próprio Governo.

Segundo ele, mais do que nunca, a palavra agora está com o Governo, para que ele defina e reafirme suas intenções, doa a quem doer.

E diz mais o ex-Presidente da OAB: o Presidente da República está dentro de uma encruzilhada que sabemos ser de riscos, mas sabemos também que a Sociedade Civil está disposta a apoiá-lo se ele toma medidas claras. E concluía Raimundo Faoro: que não se coaduna com o regime democrático o fato de uma missão militar estar presente numa festa pública, autorizada e legal.

Qualquer pessoa haverá de bem entender esta apreensão e a verdadeira conclusão que Raimundo Faoro faz ao interpretar os atentados no show de primeiro de maio, com um público de mais de quinze mil pessoas reunidas no Rio Centro, na Barra da Tijuca.

E o que é mais grave, é que o Tenente César Vascherlequi, mostrava-se cansado e exausto por ser Chefe de Segurança do Rio Centro e porque dizia que sua equipe teve muito trabalho antes e depois do show, porque o policiamento pedido da PM não foi, mas um contingente da missão militar está lá, inclusive os que acabaram sendo vítimas das bombas que portavam, segundo a conclusão clara do noticiário da imprensa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos sentimos na obrigação de, não só vir a esta tribuna para, historicamente registrar o nosso protesto. Não. É de tentarmos evitar que efetivamente passemos a conviver com os atentados e não mais nos surpreendamos com eles, até que ele venha a ser explodido dentro desta Casa, na residência de um Parlamentar ou no ônibus de um filho nosso.

Pode ser que daí sim, muitos ficarão acordados, indignados e violentados na sua consciência, na sua omissão.

É por isso que não pudemos, de maneira alguma, deixar passar em claro esta situação visível que aí está, ameaçadoramente. Sim, porque tem objetivos claros.

E por esta razão, não há quem possa, neste País, se tiver um pouco e um mínimo de preocupação democrática, escapular à responsabilidade de sair em protesto, de denunciar, de exigir providências.

Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência, e como sóe acontecer, é necessário que as vozes da Oposição, não a Oposição partidária só, de toda a Oposição nacional que tem sofrido até baixas no trânsito, na estrada, nessa trajetória de posicionamento que devem e precisam ser tomadas.

E o Governo, e muitos dos porta-vozes do Governo, sempre têm dito que, essas bombas, esses atentados, esses gestos terroristas, têm partido da extrema-esquerda, infiltrada nos Partidos de Oposição.

O que dirá agora, eminente Líder da nossa Bancada; o que dirá o Governo agora? A explosão está se fazendo dentro das próprias autoridades do Governo.

E disse muito bem Villas Boas Correia, um comentarista do “Jornal do Brasil”, que agora não são só as bombas, os locais onde elas estão sendo colocadas, que estão explodindo; é a própria autoridade constituída, é o próprio Governo, é o próprio sistema que está se estilhaçando.

E é realmente necessária esta postura de toda a Oposição.

Quando fizeram um atentado a Genival Tourinho, que não pertence ao nosso Partido mas um Partido da Oposição, foram apressados em dizer que se tratava de um problema relacionado com a esquerda ou com as Oposições.

Agora, foi preciso que uma bomba estourasse no colo — veja bem, Deputado — no colo, no braço do próprio sistema dentro de um automóvel, para que as vozes todas mudassem a ótica.

E o que dirá o Governo? E a Ordem dos Advogados? E a Igreja?

Perguntaria, Deputado: onde estão os princípios de segurança e desenvolvimento? Seria porventura — e agora cabe a pergunta: que segurança? De quem: dos homens que estão investidos ilegítimamente no Poder? Do desenvolvimento do grande capitalismo internacional e nacional também? A serviço de quem está esta gama que busca, com inteligência, é verdade, a explosão de todos os homens de boa vontade, aos patriotas verdadeiros e não aqueles que se intitulam de patriotas. Com quem está a verdade?

Não interessa também neste momento, Deputado.

O que interessa, é que as autoridades que aí estão, façam imediatamente um exame de consciência e escolham, entre o caos e a virtude, entre a objetividade democrática e a seriedade do Governo.

É a hora do Governo demonstrar se trata com seriedade todos esses problemas de terrorismo, ou permite que suas vozes, no Parlamento e fora dele, fiquem aí a dizer apenas a dizer, que o terrorismo é manifestação da esquerda.

O que é pior, Deputado, a esquerda ou a direita?

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, Deputado Fidelcino Tolentino, e quando Vossa Excelência falava na OAB, lembrava também que, na última semana, a OAB numa nota muito cáustica, evidenciava o descaso e a omissão por parte das autoridades, naquele lamentável fato vivido dentro da OAB.

Porque, na semana passada, comemorava-se praticamente oito meses, e a nenhuma conclusão chegaram, a não ser um “bode expiatório” chamado Ronald Watters, que jamais, individualmente, poderia ser responsabilizado por qualquer atentado, porque não há, aqui neste País, quem desconheça a cronometria com que, tempestivamente, são elaborados esses atentados.

Por acaso já nos esquecemos de quando se incendiavam bancas de revistas, nos mesmos dias, nas mesmas horas, em Porto Alegre, Rio, São Paulo e Londrina? Tínhamos esses acontecimentos a sangrar a democracia no Brasil.

Ora, é evidente que há, por trás disso tudo, um plano muito bem elaborado, planejado, analisado, bem concatenado, discutido, e que é posto em prática no momento em que os componentes deste poder paralelo põe em prática as suas ações permissivas, as suas decisões.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, apenas para dizer: por

quê as bombas têm explodido contra os homens da Oposição? É o caso de Marcelo Cerqueira, só para citar um exemplo.

Por quê só agora, o retardamento das explosões, começa a atingir também pelo descuido, os homens do Governo?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra a Vossa Excelência que resta apenas alguns minutos para concluir a sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, a Liderança que está na tribuna, usará o horário que lhe é reservado, para prosseguimento de sua oração.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Vossa Excelência tem mais quinze minutos para usar a tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Por isso, Sr. Presidente, a causa principal do recrudescimento dos atentados, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, registrou em sua nota, que não é outra senão o descaso das autoridades diante dos inquéritos instaurados, sem o menor interesse em buscar a verdade. Assim, promove e acoberta as ações terroristas da direita, disfarçadas até sob a capa de denominações que tentam confundir a opinião pública.

O caso que ilustra bem esta situação é o grupo "Falange Vermelha" que destruiu as instalações da "Tribuna da Imprensa". Este caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cuja apuração não interessou à Polícia que teve o descaso de esquecer uma bomba que não chegou a explodir e que nos faz repetir uma pergunta tantas vezes dirigida ao Governo: estariam os órgãos de repressão, cujo passado maculou a História recente brasileira, cujos crimes ainda não foram julgados, trabalhando no sentido de acobertar os braços terroristas que dominam a técnica tão aperfeiçoada dos negros anos das ditaduras?

As páginas dos jornais dos últimos dias, voltam a ser manchadas com atentados terroristas.

Os noticiários, aos poucos, são tomados pelo crime. E na época que houve o atentado maior, até a Presidência da República se sentiu ofendida em sua honra, exigindo reparações, investigações profundas.

Hoje, pouco se fala. E quanto mais atentados surgem, só que, agora, com características novas, o que estranhemos é o estranhíssimo silêncio que paira no Planalto quando esperávamos uma ação imediata como teve, com muita sabedoria, Juan Carlos, da Espanha, e que encontrou "amigos" dentro de seu próprio palácio e que estavam articulando a derrubada daquele processo redemocratizador da Espanha.

Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Líder do PMDB, Nelson Friedrich, o episódio no Rio Center, efetivamente desnuda, desmascara e coloca a olho nu o movimento terrorista da extrema direita radical que não concorda com o progresso alcançado com as forças populares rumo a uma democracia plena, tão almejada para este País.

Já comentávamos, na semana retrasada, de que Figueiredo estaria enfrentando um Governo invisível, um Governo paralelo como já ocorrera por ocasião do Governo Geisel, no episódio de São Paulo.

As Forças Armadas que ainda me parece, merecem o respeito popular, têm o compromisso sagrado e improrrogável com esta Nação, nobre Deputado, de desvendar e tornar público, nomes dos que coordenam tais atos. Já é hora do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo assumir o Poder neste País.

Já deveria, à esta altura, ter afastado o comandante do Primeiro Exército e exigido a apuração dos fatos. A opinião pública brasileira hoje, já identifica de forma clara os autores desses atentados, e está a exigir uma posição.

O Presidente Figueiredo que há dias comentou a questão da Volks, deve agora vir a público exigir a punição dos culpados, sejam general, coronel, capitão ou sargento. Ou ele assume a situação ou vai esperar na Granja do Torto que os extremistas de direita o derrubem do Governo.

O capitão que se feriu no acidente e está internado no Hospital Miguel Couto, é prova vital do crime. Agora perguntamos, nobre Deputado: esse capitão vai viver ou vão calar o capitão para sempre com uma simples injeção na veia, porque no Brasil os meios são diferenciados mas atingem os mesmos fins? Estão as mortes inexplicáveis de Juscelino Kubitschek, Costa e Silva, Castelo Branco e tantos outros.

A sociedade está cobrando, e as Forças Armadas devem uma satisfação à sociedade brasileira. Ou acabamos com as bombas ou elas acabam com o Brasil, em nome de interesses escusos e inconfessáveis.

O acidente de trabalho, só poderemos caracterizar o episódio como um acidente de trabalho, no Rio Center, tirou a maquiagem do rosto deformado daqueles que só sabem viver e tramar nas trevas escuras do arbítrio e da violência neste País.

Antes que a Nação desacredite de vez nas Forças Armadas, elas devem, através de seus grupos mais sensíveis, apurar os fatos, assumindo esses fatos e os Partidos políticos de Oposição não podem se omitir: o PP, o PMDB, o PTB, o PT e o PDT. É um momento importante da Nação brasileira, nobre Deputado.

Agora já estão surgindo as versões, os desmentidos e as contradições. Já dizem que não havia outra bomba no carro. O militar morto foi enterrado com honras militares, com o General do I Exército segurando a alça do caixão, numa agressão à sociedade brasileira.

Já falam que eles estavam a serviço, outros dizem que eram fãs de Ângela Ro-Ro e de Chico Buarque, que estavam lá para ver o show de primeiro de maio.

Diante de todas essas contradições, pergunto, nobre Deputado Nelson Friedrich, só está faltando enquadrar a bomba na Lei de Segurança Nacional, pelo crime de ter explodido antes da hora.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte, e que, evidentemente, traz em si uma manifestação de repúdio a tudo isso que estamos vivendo.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Fiori Luiz, inimigos da democracia toda sociedade os têm, não há dúvida. Inconformados, apegados das velhas ilusões que lhes foram impingidas, elas existem também no Brasil. O programa da abertura, o problema dos democratas, não é fazer desaparecer ou alimentar a pretensão de convertê-los para a democracia e convivência libertárias, mas sim, a obrigação nossa, como brasileiros, como parlamentares, como cidadãos desta Nação, a nossa obrigação é manter a atuação desses desequilibrados dentro dos quadros das regras democráticas.

A Itália hoje, Sr. Presidente, está dando um exemplo ao mundo. Quase duas centenas de acusados de atentados terroristas estão respondendo nos tribunais, mas não foi necessário fazer retrocesso político, acabar com a democracia e restringir as liberdades públicas e políticas.

É óbvio portanto, Sr. Presidente, que nós estranhemos o silêncio que aí está posto por muitos, de não querer comentar ou agir em cima de um fato concreto, mas também sabemos, que o nosso silêncio e a nossa omissão, poderá custar caro a nós e aos nossos filhos e ao futuro deste País.

Tenho certeza e convicção, Sr. Presidente, que o silêncio não é a forma de enfrentar a violência. Ela nos transforma em cúmplices. O silêncio, na verdade, nos leva à omissão pior, nos denigre. O PMDB conclama desta tribuna, que não só os

Partidos de Oposição, mas também o PDS, majoritário, posamos todos nós, os 58 Srs. Deputados, elaborar um abaixo-assinado ainda no início desta semana e encaminhar a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para que ele, efetivamente, possa romper o silêncio e exigir que se faça efetivamente justiça, punindo os responsáveis. Porque não há dúvida que a impunidade e os inquéritos de fracasso em fracasso, é que nos levaram a esta situação repetitiva dos atentados terroristas.

Espero, Sr. Presidente, que todos os Srs. Deputados, que as Lideranças dos Partidos com assento nesta Casa, entendam esta necessidade. Ou será que vamos esperar que a próxima bomba venha explodir numa creche de Curitiba ou numa casa escolar de nossos filhos? Ou será que esperamos que os inimigos da democracia tomem assento e subam ao pedestal maior e voltem a manchar este País com sangue, conforme se fez em períodos negros da recente história?

Nós, do PMDB, Sr. Presidente, estamos apostos e dispostos a tomar as iniciativas ao nosso alcance, para exigir o fim deste período de violências. E esperamos contar com todos os democratas deste Parlamento e fora dele, porque calar agora é ser cúmplice; silenciar agora, Sr. Presidente, é, na verdade, instigar e estimular a violência.

Será que é isto que queremos? Será que o descaso com que muitos querem tratar esses episódios é o melhor caminho?

Temos certeza que não; temos a convicção hoje enraizada, que os fatos estão claros, os acontecimentos estão tão visíveis que, ou o Governo toma providências ou cai no caos. Ou ele toma uma providência ou os inimigos, que pertence ao próprio Governo e ao Poder, acabam superando aqueles que estão periodicamente dirigindo o País.

É hora do tudo ou nada. Ou a reabertura política é para valer, ou é apenas uma maquiagem e que, inclusive, daí sim, os atentados terroristas servirão até para o retrocesso político que têm tantos atrás da cortina a esperá-lo, com o sorriso cínico de não poder conviver com a democracia e com a liberdade, porque só tiveram sucesso no aprendizado da tortura, da violência e dos dias negros.

Tem mais um aparte o Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Nelton, tão somente para apoiá-lo neste veemente apelo que faz Vossa Excelência da tribuna, para que não nos calemos, para que as bombas talvez no amanhã, e que estão chegando cada vez mais próximo, não nos venha arrancar a língua do fundo da garganta ao ponto de já não podermos dizer nada — como dizia o poeta.

E tão somente para lembrar também que, segundo notícias, as bombas já estão bem mais próximas do que imaginamos.

Além de lembrar que, no ano passado, circundaram alguns atentados nesta Casa, lembramos neste episódio de que hoje, pela manhã, houve ameaça de bomba aqui bem perto desta Casa, no Palácio da Justiça. Só para este lembrete.

Estão mais próximas do que talvez esperamos e não é hora de calar, como bem disse Vossa Excelência, porque a bomba maior ainda esteja por explodir, que é a bomba da fome, a bomba da opressão, a bomba do povo contra, como reação à opressão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço ainda mais este aparte vindo de um Deputado que também sofreu seu atentado, quando incendiou-se o gabinete, a ele pertencido, e até hoje não esclarecido, além de outros aspectos que poderíamos aqui delinear.

Afinal de contas, Sr. Presidente, são quase duzentos atentados nos últimos anos, atentados estes a Parlamentares, a jornais, a bancas de revistas, ameaças, de todas as espécies e quais foram os que chegaram a alguma conclusão? Quais os atentados que foram devidamente apurados? Porque, a mescla de ine-

ficiência e má vontade está presente na apuração e no encaminhamento de qualquer inquérito, para apurar as responsabilidades.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo aquilo que falávamos na abertura desta nossa exposição, de que a sociedade brasileira sabe agora de onde partem os atentados contra nós, e quem aspira a vigência de um regime de plenas liberdades políticas, precisa estar vigilante. Os inimigos da democracia, estimulados pela investigação ineficiente sobre o terror, continuam sorrindo cinicamente a cada novo atentado, porque continuam impunes, porque apenas querem punir com sentença de morte a nossa liberdade.

Será que este Parlamento, será que os 58 Srs. Deputados também ficarão calados? Ou podemos somar a pouca força que resta a este debilitado Parlamento e mandarmos um abaixo-assinado a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, pedindo aqui e agora, com a maior brevidade possível, a responsabilização de todos que foram envolvidos nesses atentados, quer como personagens, quer como mandantes, quer apenas como instrumentos da violência repressiva.

Sr. Presidente, tomara que não fique só nesta nossa presença na tribuna, e possamos multiplicar movimentos e lutas para sepultar, de uma vez por todas, a violência que se amplia e a pior de todas, a violência política.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário da Liderança do Partido Popular, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos ocupar hoje a tribuna desta Casa, para registrar, na verdade empolgados, a convenção realizada pelo Partido Popular, ontem, no Estado do Paraná, a exemplo das convenções realizadas na quase totalidade dos Estados brasileiros.

A Faculdade de Direito de Curitiba, que serviu de local à convenção do Partido Popular ontem, recebeu convencionais vindos de todos os pontos do Paraná e, numa verdadeira festa democrática, pudemos sentir a vibração e o entusiasmo em torno deste novo Partido, desta nova agremiação.

180 convencionais participaram votando, o que já é um índice elevadíssimo na convenção que nosso Partido realizou.

A minha presença na tribuna, tem por objetivo destacar este acontecimento, e também deixar como um registro nos anais desta Casa, o pronunciamento ontem feito pelo Líder máximo do nosso Partido, Presidente da Comissão Provisória Estadual, ex-Governador Jayme Canet Júnior, cujo pronunciamento é o seguinte. (Lê):

“Esta convenção é o sinal mais claro de que surgimos com a vocação natural da vitória. E também como uma perspectiva brasileira, pois o esforço dispendido no Paraná é o mesmo que se observa em outros pontos do País. Estruturamo-nos pois, com o propósito nítido de não sermos uma agremiação com representatividade limitada no espaço geográfico, mas com densidade à altura das exigências do tempo histórico, com visão do ontem e do hoje e a garra para mudar e construir o amanhã.

Difundimos a nossa doutrina, expusemos as alternativas que oferecíamos ao Brasil, certos de que o Partido Popular não será marcado por ilhas ou por um arquipélago no espaço brasileiro, mas uma força de caráter nacional, abrangente e capaz de expressar os anseios da democracia, da justiça social, de um novo pacto que permita a reconstrução solidária de um modelo reestruturado de organização política, social e econômica.

Nascemos com uma vocação oposicionista, empenhada em corrigir os rumos do processo político brasileiro, de alterar costumes e padrões comportamentais, e por essa óbvia condição, não compactuamos com o arbítrio, com a opressão e com os arautos do casuismo, cujos objetivos servem tão somente

para conturbar a vida da Nação.

E escolhemos a designação de Partido Popular não como quem busca um rótulo promocional para cortejar as massas, mas com a visão muito clara de que um canal de participação que se dispõe a receber o afluxo de todas as categorias sociais, — o que é da essência da democracia e do pluralismo — não pode erigir barreira e nem representar uma classe ou grupo cultural, mas praticar a experiência do convívio e do diálogo.

Abrigamos vários estilos: do perfil de estadista dos mestres como Tancredo Neves e Magalhães Pinto; da moderação reformista e lúcida de Olavo Setúbal; do populismo jovem e arrebatado de Miro Teixeira; do progressismo de Gilvan Pocha; da serena rebeldia de Cirne Lima; do ímpeto de Sinval Guazelli e da firmeza de Roberto Santos. São padrões variados, como convém a uma comunidade diferenciada, que busca no ideário do Partido Popular o caminho mais curto para realizar a tarefa básica da engenharia política e humana, que é a de aproximar o possível do desejável.

Temos dado o nosso testemunho, seguidamente, a respeito da decantada crise brasileira. Ahamos que, em função da maneira como civicamente a vivemos, que não se traduz somente em feitos da técnica ou de obras portentosas, mas na medida em que expressam um sentido visceral de partilha entre todas as camadas da população.

O pré-requisito de qualquer solução brasileira é a democracia. Se a mantivermos apenas na aparência, como se dá na situação atual, não teremos como obter o grau de credibilidade e de mobilização que o País exige para superar as dificuldades atuais. É inadmissível que se diga que praticamos uma democracia quando os grupos intermediários, como as comunidades trabalhistas, religiosas, empresariais, estudantis, científicas e liberais não são ouvidos.

Mais democracia, menos arbítrio, menos concentração de poderes nas mãos de uma minoria e teremos mais consenso para unir o País diante da inflação, dos sinais já evidentes da recessão, do desemprego, da violência e do terror, do pauperismo, do esmagamento da liberdade de iniciativa.

Buscamos aqui no Paraná estar à altura da tradição de nosso Estado, na estruturação do Partido Popular. A despeito de todas as dificuldades não apenas pela legislação excessivamente zelosa de formalismo, mas diante das pressões sofridas por nossos correligionários, aqui estamos fortalecidos e unidos como o demonstram o calor e o entusiasmo desta convenção.

Respeitamos o município como a “maquete” da democracia, como o polo fundamental da vida democrática e por isso entendemos que não há democracia e muito menos Federação brasileira se não lhe devolvermos as prerrogativas escamoteadas há tanto tempo.

O direito constitucional dos municípios a uma participação mais equânime na discriminação de rendas é dissimulado por formas de assistencialismo que há muito deveriam estar abolidas dos nossos hábitos.

Da mesma forma os Estados, as unidades federativas, sofrem com a subversão do modelo, em seus impulsos de autonomia. Isso é apenas a projeção do que se dá ao nível dos indivíduos, com o Estado assumindo a postura de um leviatã, hipertrofiado, pretendendo a tudo prever e a tudo prover.

Essa a circunstância porque achamos fora da tradição brasileira e deslocada da realidade mundial, depois de tão atrozes experiências, a perspectiva dos partidos classistas. Ou eles se organizam sob a forma monolítica, tal como nas soluções socialistas, e se valem de uma falsa ditadura do proletariado, ou sofrem das distorções do figurino liberal, onde também, em nome de vagos e abstratos princípios da igualdade de oportunidade, se mantêm o predomínio daqueles que detêm, sob a forma do monopólio ou oligopólio, o controle dos meios de produção.

Confiamos na perspectiva democrática — a de respeitar

a dignidade essencial do ser humano, de cada criatura desenvolver no plano da aventura comunitária ou pessoal todo o potencial de sua força criadora e transformadora.

Por essa razão, estamos abertos a todos os segmentos da sociedade, para que dêem aqui o seu testemunho de luta, a sua resposta aos duros desafios do nosso tempo.

Ahamos igualmente, que não temos um modelo acabado, fechado, um sistema filosófico estruturado em valores rígidos. Consideramos que o homem é um ser inconcluso, em contínuo processo de aperfeiçoamento, e que assim também devem ser as instituições que visam organizá-lo no plano político, econômico e social.

Nosso objetivo é o da mudança permanente, da reavaliação dos rumos da sociedade, da correção das distorções como as existentes no corpo nacional, nos desequilíbrios regionais, nas tensões sociais e no fosso que separa as classes no mesmo contexto humano.

Numa avaliação da máquina governamental e do papel despolitizador que exerce em todo o País, tomamos como exemplo o Paraná.

Nosso Estado perdeu representatividade. E fique aqui bem claro que não se trata apenas da questão de ter alguns ministérios ou postos do primeiro e segundo escalões. Mais importante do que isso é influir nas decisões. É ver que na política do governo federal determinadas deliberações setoriais não podem dispensar a consideração do peso específico que temos na economia, não apenas na agricultura e na agroindústria, mas em múltiplos aspectos da organização econômica e social.

Já fomos governo e demonstramos que, com equipe, senso de coordenação e planejamento, é possível reverter as expectativas, mesmo quando o contexto é sabidamente adverso. Na oposição, no entanto, vemos as coisas por um outro ângulo — a aguda exigência de suprir carências onde elas se manifestarem. O horizonte do homem de posição é muito mais autêntico e vivido.

A nossa obsessão é lançar os fundamentos para que o Brasil tenha uma verdadeira sociedade de massas, pois não é crível que dos nossos 118 milhões de habitantes, apenas 20 milhões tenham acesso ao mercado de bens de consumo duráveis, enquanto sofremos com a existência de 40 milhões de migrantes. Nosso País lembra por isso mesmo o fenômeno da dupla personalidade: temos aspectos de sociedade desenvolvida, na evidência da agricultura de vanguarda, da indústria de ponta e de bens de capital, do comércio e dos serviços avançados, em lastimável coexistência com formas extremas de marginalidade.

É ilusório pensar que modificaremos o atual estado de coisas sem liberdade e democracia. O homem precede o Estado e tem um fim sobrenatural, daí não poder ficar agrilhado. Precisamos mudar fundamentalmente a pirâmide social. Queremos a convivência entre as classes mas não com aquela falsa cordialidade do ambiente colonial, do patriarcado rural. Pretendemos a união de homens livres. Isso só é possível de baixo para cima, como num impulso libertário.

Cada um de nós é o Partido. O Partido Popular. Dialeticamente nasceu oposto ao que aí está — um governo impopular. E quando fazemos nossas propostas, deixamos bem claro que ser popular não se confunde com o populismo, uma distorção semelhante a da demagogia diante da democracia, — a democracia sem adjetivos, substancial, íntegra como também o é a noção de Popular, o que vem do povo, por sua unidade, sem preconceitos, sem predomínio de uma classe sobre a outra, o sentido do mutirão, o retrato em escala reduzida da Nação com suas grandezas e seus padecimentos, mas unida no trabalho e na esperança”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DÁCIO LEONEL — Este o pronunciamento feito ontem pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior e ao concluir o seu pronunciamento, o ex-governador fez questão de deixar bem claro, pedindo que cada um dos convencionais presentes se fizesse de seu porta-voz no sentido de informar em todas as suas comunidades e a cada um dos seus companheiros que ele, sob nenhuma condição, deixará o Partido Popular, procurando desta forma, dissipar qualquer dúvida que possam alguns adversários tentar criar junto à opinião pública.

Concluo, Sr. Presidente, apenas lembrando, que logo após a Convenção e a eleição do novo Diretório foi eleita a nova Comissão Executiva do Partido Popular a nível estadual, tendo como seu Presidente o Deputado Federal Borges da Silveira, Vice-Presidente, Deputado João Elísio, Secretário Anibal Curi, Primeiro Secretário, Deputado Edilson Alencar, Tesoureiro, S. Celso Sabóia, Vogais, Deputados Paulo Camargo e Pedro Sampaio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, no horário reservado ao PDS concedo a palavra ao Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, dia primeiro de maio, consagrado internacionalmente ao “Dia do Trabalhador”, estivemos em Paranaguá, e participamos das festividades alusivas ao “Dia do Trabalhador”. Pela manhã, numa Sessão Solene na Câmara Municipal de Paranaguá, um memorial onde dois itens são abordados, de grande importância para a classe trabalhadora de Paranaguá.

E nós hoje, estamos enviando um requerimento, um voto de apoio ao memorial das classes trabalhadoras da nossa cidade de Paranaguá. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do plenário, um voto de apoio às classes trabalhadoras de Paranaguá, representadas pelos seus sindicatos e entidades, pelo Memorial encaminhado à Câmara Municipal daquele município e que deverá também ser enviado à Presidência da República e que está consubstanciado em dois itens importantes: PERMANÊNCIA DO DIFERENCIAL DE REGISTRO ESTABELECIDO PELO IBC AOS EXPORTADORES BRASILEIROS E; POSICIONAMENTO CONTRÁRIO À POLÍTICA SOCIAL DE ESTABELECIMENTO DE LIMITES DE IDADE ÀS APOSENTADORIAS.

Apresento aqui, Sr. Presidente, as próprias justificativas do Memorial elaborado pelas classes trabalhadoras, aos itens propostos: no primeiro deles “neste episódio de importância para o momento nacional, requer a parte econômica uma atenção toda especial, pois são divisas que adentram à Nação.

O Porto de Paranaguá, chegou a exportar no ano de 1970, quase sete milhões de sacas de café (39,47 por cento da exportação nacional) e, para atender a essa demanda, criou-se uma infraestrutura na praça parnanguara de armazenagem, bem como serviços compatíveis com o volume em questão que, em 1978, face ao decréscimo de exportação (4,71 por cento do total), gerou incontáveis problemas empresariais e sociais.

O impacto social somente foi atenuado a partir de 1979, quando houve reação nos embarques de café, face as condições dadas pelo Governo aos exportadores nacionais, dentre os quais o diferencial de registros, que se mantido, proporcionará a tranquilidade a todos os trabalhadores de Paranaguá e a ativação da praça cafeeira, o que contribuirá, por outro lado, para melhores ofertas de transportes marítimos com benefícios diretos

nas exportações de outros produtos inscritos na pauta de exportação do terminal marítimo”.

Quanto ao segundo item, não se pode aceitar ou admitir que exista intenções de se estabelecer limites de 55 anos para aposentadoria. O brasileiro tem média de vida baixa, em sua grande maioria, e seria um contra-senso estabelecer sua aposentadoria quando, a rigor, ele já está no fim da vida.

Apoiamos as justas causas do Governo e não acreditamos que esta medida venha a prosperar, sequer como estudo, pois até o momento a política social tem se voltado para o benefício do trabalhador, jamais para obrigá-lo a trabalhar a vida inteira e sem a justa recompensa pela abnegação e sacrifícios dados.

Temos certeza, Sr. Presidente, que o memorial entregue, no dia primeiro de maio, pelas classes trabalhadoras, reivindicando justíssimas medidas de cunho social, terá o amparo e guarda nesta Casa de Leis, por parte de meus Pares”.

Estes dois itens foram o que consubstanciou o memorial entregue à Câmara Municipal de Paranaguá. Efetivamente, do primeiro, já estivemos por várias vezes na tribuna fazendo uma apologia que na nossa opinião será mantido de qualquer maneira.

Na última semana, tivemos oportunidade de fazer um rápido pronunciamento a este respeito, quando o Sr. Governador do Estado, que incontestavelmente tem liderado a defesa, a manutenção deste diferencial, em contato telefônico com o Sr. Ministro Camilo Pena, da Indústria e Comércio, ouviu dele a expressão, a promessa seguinte: que jamais ele reformularia, extirparia, com este diferencial, sem antes ouvir o Governador. É evidente que o Governador jamais irá concordar com isto

Como segunda observação que jamais este diferencial seria extirpado, seria cancelado, desde que fosse causar problemas sociais na nossa cidade, na cidade de Paranaguá. É claro que problemas sociais, os mais graves, seriam gerados se este diferencial fosse cancelado.

Razão pela qual estamos tranquilos de que a permanência do diferencial será mantida à custa dos maiores sacrifícios e que está muito atento neste episódio, o Sr. Governador do Estado.

O segundo item, do limite de idade, estamos inteiramente solidários com as classes trabalhadoras de Paranaguá, que não admitem 55 anos para que isto realmente aconteça. Disseram eles — e muito bem — que o limite de idade do brasileiro é um dos mais baixos, o trabalhador brasileiro, principalmente, que chega à casa dos 55, 60 anos, é um privilegiado. O trabalho estafante do ensacador, do operário de Paranaguá, rouba-lhes de muito, durante a mocidade, a saúde, e agrava-se a situação quando ultrapassa a faixa dos 40, 45 anos.

Entendemos que este memorial terá guarda por parte o do Governo Federal.

Aqui estamos, nesta oportunidade, dizendo do nosso apoio, do nosso irrestrito apoio às causas defendidas. Este requerimento, se aprovado por esta Casa, consubstanciará, dará melhores condições para que a Presidência da República examine com mais carinho e também o Ministro Jair Soares — já que o segundo item é de sua competência, de sua alçada, de sua responsabilidade — examinem com mais carinho as pretensões dos trabalhadores de Paranaguá, que entendo serem justíssimas e, portanto, devem ser acatadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 74/80, que declara de utilidade pública a “Associação Promocional da Adolescente — APA”, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 74/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DA ADOLESCENTE — APA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 85/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prudentópolis”, com sede e foro na cidade de Prudentópolis. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 85/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRUDENTÓPOLIS, com sede e foro na cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 145/80, que declara de utilidade pública a “Associação de Senhoras Rotarianas — Casa da Amizade de Faxinal”, com sede e foro na cidade de Faxinal. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 145/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS — CASA DA AMIZADE DE FAXINAL, com sede e foro na cidade de Faxinal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 146/80, que declara de utilidade pública a “União Parlamentar Interestadual”, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 146/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL, órgão que congrega

todas as Assembléias Legislativas do País.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 153/80, que declara de utilidade pública a “Associação do Deficiente Motor”, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 153/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE MOTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 165/80, que declara de utilidade pública o “Templo Espiritualista João Maria Agostinho”, com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 165/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1981.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 181/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o “GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS”, com sede na cidade de Jandaia do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 191/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o “SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — SASBS”, com sede em Guaratuba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 194/80, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a “APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS”, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 01/81, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA”, com sede na capital do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/81, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que declara de utilidade pública o “TEATRO DE COMÉDIAS DOM BOSCO - TECOMBO”, com sede na cidade de Cascavel. Parecer Favorável da

C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 09/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ”, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 10/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE PESTALOZZI DE GUAÍRA”, com sede e foro na Cidade de Guaíra. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS PRODUTORES COMERCIANTES DA CEASA DE CURITIBA — ARUC”, com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 21/81, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o “CLUBE DAS VIOLETAS”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o “NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA — NUSELON”, com sede na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/81, de autoria da CCJ, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consulta à população para a criação do Município de Juranda. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Helena Pedron Vandresen, ocorrido em Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valentin Salvadori, ocorrido em Nova Concórdia, Distrito do Município de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilson Alle, ocorrido recentemente nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta de três membros, para representar este Poder nos festejos comemorativos ao trigésimo quarto aniversário de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 31/81. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 04 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 10, 14 e 21/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 23/81 e de Resolução nº 18/81.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169/81

revogar o Decreto Legislativo nº 319/80, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, o funcionário PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 1789).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/81

prover FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Bernardi.

(Protoc. nº 2583)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 171/81

exonerar ESMAEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Bernardi, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 136/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos).

(Protoc. nº 2583).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 172/81

autorizar JOSÉ ANTÔNIO SOARES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Antônio Romero Filho, até 31 de dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 82/81.

(Protoc. nº 2062).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 173/81

I — revogar o item II do Decreto Legislativo nº 291/79, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Secretaria, a funcionária VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula nº 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,
II — designar a funcionária já citada, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de março de 1981.

(Protoc. n.º 2022).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/05/81
(aa) JOÃO MANSUR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

ATO DA 1ª SECRETARIA:

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 351/81

Determinar ao Senhor Diretor Geral deste Poder, para que, através do Departamento de Pessoal, solicite aos funcionários das Prefeituras Municipais, ora à disposição deste Poder, para que, no prazo de quinze (15) dias, a contar desta data, apresentem contra-cheque referente a qualquer mês do trimestre passado do seu órgão de origem, sob pena de ser retido os seus pagamentos e o conseqüente retorno do funcionário à sua repartição de origem.

Gabinete da 1ª Secretaria, em 04/05/81
(a) AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário